

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

A QUE SE REFERE O ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE
SETEMBRO DE 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 2752 Proc. n.º 36-30

Data 017/09/01 N.º 1/11



1.º. CAPÍTULO - GENERALIDADES

1) Constituição da Comissão

A Comissão de Economia é constituída pelos seguintes Deputados:

a. Partido Socialista (PS)

André Rodrigues

António Toste Parreira

Carlos Silva

José Ávila

Mário Tomé

Miguel Costa

Mónica Rocha

2) Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Economia é constituída pelos seguintes Deputados:

Presidente – Miguel Costa

Relator – Carlos Silva

2.º. CAPÍTULO – PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFETUADAS

O presente relatório diz respeito ao período compreendido entre os dias de 17 de julho e 1 de setembro de 2017.

No período em referência, a Comissão de Economia realizou trabalhos e/ou aprovou relatórios nos dias 18, 21, 24 de julho, 10 de agosto e 1 de setembro de 2017.



3.º. CAPÍTULO – REUNIÕES E TRABALHOS EFETUADOS

No dia 18 de julho de 2017 a Comissão Permanente de Economia reuniu na Delegação da ALRAA na ilha das Flores e procedeu às seguintes audições:

- Audição do Presidente da Associação Agrícola da ilha das Flores, no âmbito do Projeto de Resolução n.º 14/XI – “Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado de maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores”;
- Audição do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, no âmbito do Projeto de Resolução n.º 14/XI – “Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado de maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores”;
- Audição do Presidente da Câmara Municipal das Lages das Flores, no âmbito do Projeto de Resolução n.º 14/XI – “Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado de maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores”;
- Audição da Dra. Lubélia Chaves sobre a pretensão da recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da empresa “Ilhas de Valor, S.A.”

No dia 21 de julho de 2017 a Comissão Permanente de Economia procedeu à emissão do:

- Relatório e Parecer sobre a recondução da Dra. Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves, no cargo de Presidente do Conselho de Administração da empresa Ilhas de Valor, S.A.



No dia 24 de julho de 2017 a Comissão Permanente de Economia procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, sobre:

- 089-AR - 07-06-2017 - XI - CE - Projeto de Lei n.º 537/XIII/2.ª (PEV) - Estabelece medidas de proteção aos carvalhos e a outras espécies autóctones da flora portuguesa.

No dia 10 de agosto de 2017 a Comissão Permanente de Economia procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, sobre:

- Projeto de Resolução n.º 990/XIII/2.ª (PSD) – Reforçar as ações de mercado.
- Projeto de Decreto-Lei – Altera o Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Hortícolas, transpondo a Diretivas de Execução (UE) n.ºs 2016/1914 e 2016/2109 - MAFDR - (Reg. DL 246/2017).

No dia 1 de setembro de 2017 a Comissão Permanente de Economia procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, sobre:

- Projeto de Decreto-Lei - Altera o transporte terrestre de mercadorias perigosas, e transpõe a Diretiva (UE) 2016/2309 - MPI - Reg. DL 267/2017.
- Projeto de Decreto-Lei – Estabelece as regras de segurança a que devem obedecer os aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, transpondo a Diretiva n.º 2014/34/UE - ME - Reg. DL 282/2017.
- Projeto de Decreto-Lei – Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de equipamento sob pressão, transpondo a Directiva n.º 2014/68/UE - ME - Reg DL 290/2017.



4.º. CAPÍTULO – TRABALHOS PENDENTES

Projetos de Resolução:

- Projeto de Resolução n.º 14/XI – CE - Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores.
- Projeto de Resolução n.º 25/XI - CE - Recomenda ao Governo Regional a contratação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil para a realização de uma auditoria técnica às obras do novo cais de passageiros e respetivo molho do porto da Horta.
- Projeto de Resolução n.º 30/XI - CE - Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à restauração e hotelaria para a aquisição de produtos açorianos.
- Projeto de Resolução n.º 34/XI - CE - Lei das Finanças das Regiões Autónomas.
- Projeto de Resolução n.º 36/XI - CE - Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias à inclusão da Graciosa na "Linha Lilás" da Atlânticoline.
- Projeto de Resolução n.º 38/XI - CE - Implementação da Portaria n.º 35/2017, de 23 de março que aprovou o processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores.
- Projeto de Resolução n.º 40/XI – CE - Bem-estar de animais de companhia e de animais errantes.
- Projeto de Resolução n.º 44/XI - XI - CE - Criação de um regime excecional e temporário para Ilha do Corvo no âmbito das inspeções e reinspeções obrigatórias de veículos - com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.



Projetos de Decreto Legislativo:

- 0006 - Proposta de Decreto Leg. - XI - CE - Aprova o novo regime jurídico da gestão dos recursos cinegéticos e do exercício da caça na Região Autónoma dos Açores.
- 0009 - Projeto de Decreto Leg. - XI - CE - 1.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2012/A, de 25 de julho, que criou o Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento do Artesanato dos Açores - SIDART.
- 0010 - Projeto de Decreto Leg. - XI - CE - Segunda alteração ao DLR n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que estabelece o regime jurídico da atividade de inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques.
- 0013 - Projeto de Decreto Leg. - XI - CE - Décima primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro e 3/2017/A, de 16 de março, que estabelece o regime jurídico de atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.

Petições:

- Petição n.º 11/XI – CE – Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada, de Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho.
- Petição n.º 12/XI – CE – A favor do aeroporto da Horta e de mais e melhores acessibilidades aéreas ao Faial, de Dejalme Vargas.



- Petição n.º 13/XI – CE – Pelo aumento das condições de operacionalidade do Aeroporto da ilha do Pico, de Ivo Luís de la Cerda Garcia e Sousa.

Orgãos de Governo Próprio:

044-OGP - 25-08-2017 - XI - CE - Estabelece um sistema de registo obrigatório aplicável aos sistemas de aeronaves pilotadas remotamente - MPI - (Reg. DL 304/2017).

Assembleia da República:

- 083-AR - 23-05-2017 - XI - CE - Proposta de Lei n.º 82/XIII/2.ª (ALRAM) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial.
- 093-AR - 27-06-2017 - XI - CE - Recomenda ao Governo que tome medidas de apoio à pesca e à gestão sustentável dos recursos marítimos nacionais.
- 099-AR - 19-07-2017 - XI - CE - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro - alteração ao Pagamento Especial por Conta.
- 108-AR - 18-08-2017 - XI - CE - Altera a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (Lei de Enquadramento Orçamental).



Ponta Delgada, 1 de setembro de 2017.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Miguel Costa